

# Primeiro Reinado: Um Rei Audacioso, Um Imperador Autoritário & Uma Nação Inconstante

IZABEL, Vitor Corrêa - Licenciando em História no Centro Universitário Internacional  
Uninter

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar e entender os impactos históricos da chegada da corte portuguesa ao Brasil, em 1808, sob o comando de Dom João VI, a Proclamação da Independência em 1822 e a decadência de Dom Pedro I. O estudo pretende destacar que a transferência da família real para o Brasil resultou em sérias mudanças na colônia lusitana, como a abertura dos portos e do comércio, o desenvolvimento cultural e comercial e o fim do monopólio português, causando uma virada social para o povo. Sendo que Dom João VI desempenhou um papel heróico na condução do destino do Brasil, alimentando a elite econômica-política e o desejo ascendente de independência. Que, aliás, liderada por Dom Pedro I, em 1822, representou o marco zero na história da nação, com desdobramentos impactantes ao povo. O controverso governo de Dom Pedro I gerou contestações e resultou em sua queda do trono brasileiro, tornando-se um personagem amado por uns e odiado por outros. Assim, o artigo visa criar uma conexão entre esses eventos, buscando facilitar o entendimento de moldagem da identidade e do desenvolvimento da nova nação independente. Proporcionando uma visão impar do período e uma compreensão dos fatos que influenciaram a história nacional, para que haja uma ideia estruturada sobre o Primeiro Reinado e sua construção caótica.

**Palavras-chave:** Chegada; Contestações; 1808; Queda.

## 1. INTRODUÇÃO

A história do Brasil está emaranhada diretamente com eventos que moldaram sua identidade ao longo dos séculos. Dentre os marcos de sua construção há um episódio no mínimo singular e um tanto mal contado: a chegada da família real portuguesa ao território brasileiro, em 1808. Sob a batuta do audacioso e indeciso Dom João VI, a transferência da corte para o Brasil teve impactos profundos na política, economia, educação e cultura da colônia, exercendo uma significativa influência nos rumos que o (futuro) país iria tomar.

Este artigo busca compreender as consequências desse evento ocorrido no Brasil, trazendo à tona as ações de Dom João VI, a proclamação da independência e a subsequente queda de seu filho, o “Libertador”, Dom Pedro I. Para a formulação desta pesquisa foram utilizadas obras importantes para a historiografia brasileira, tais como:

"Brasil: Uma História", de Eduardo Bueno; "História do Brasil", de Boris Fausto; "História do Brasil Império", de Miriam Dolhnikoff; "1808", de Laurentino Gomes, entre outras. Essas obras proporcionaram um embasamento sólido e mais fundamentado sobre o período do país e suas implicações, facilitando o entendimento do processo de formação nacional e seus desdobramentos turbulentos. Além disso, também foram utilizados artigos de domínio público, como as memórias do Marquês da Fronteira e os manuscritos da Confederação do Equador, fontes extremamente inspiradoras que proporcionaram uma análise mais arraigada das perspectivas da época, seja pelo lado revolucionário ou mesmo por parte do Império.

Portanto, o ano de 1808 representa uma divisão significativa na história do Brasil. Representando o nascimento do processo de uma independência, algo que já vinha no pensamento popular desde o final do século XVIII. A transferência imediata da casa de Bragança para a colônia foi repentina (mas preparada), tendo consequências absurdas na formação do país, promovendo a abertura comercial e uma independência econômica para a colônia, quebrando de vez o monopólio português da época. Neste contexto, Dom João VI, príncipe regente de Portugal (devido a condição insana da rainha D. Maria I) assumiu um papel central na condução dos destinos do Brasil. Suas medidas políticas impactaram diretamente a vida dos brasileiros e aceleraram mudanças que há muito tempo eram almejadas pela elite. Ou seja, em sua chegada o governante pôde tirar a colônia de uma inércia deletéria, gerando uma evolução crucial no território. No entanto, a permanência da corte no Brasil gerou tensões e conflitos externos aumentando o desejo popular de emancipação.

O processo de independência do Brasil, proclamada em 1822 por Dom Pedro I, representa outra etapa crucial em nossa história. Essa independência não foi um evento isolado, mas resultado de acontecimentos e pressões que culminaram no rompimento definitivo com o Reino Unido de Portugal e Algarves. A atuação de Dom Pedro I foi aclamada em primeiro momento e, posteriormente, detestada pelo povo levando ao seu eventual afastamento, mui tímido, do trono brasileiro.

## **2. Metodologia**

A metodologia escolhida para elaborar este artigo foi a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Para realizar a pesquisa bibliográfica foram estabelecidos

parâmetros para a seleção das obras, como a relevância histórica e fontes atualizadas para o tema. Assim utilizei obras clássicas da historiografia brasileira e algumas mais recentes, como é o caso de “História do Brasil Império”, de Miriam Dolhnikoff, sendo lançada em 2021. Além disso, uma ferramenta muito importante para encontrar com mais facilidade as informações foram palavras-chave específicas, principalmente na busca em bibliotecas, livrarias e em bases de dados acadêmicos; auxiliando em uma abrangência de pesquisa eficaz.

Os livros foram uma base fundamental para a elaboração da pesquisa, por meio deles pude abordar diferentes pontos da chegada da família real portuguesa ao Brasil, as ações de Dom João VI e sua grandeza na história, a Independência do Brasil e todo o processo de queda de Pedro I. Como dito antes, as obras selecionadas possuem embasamento histórico mais atualizado dos fatos, contribuindo significativamente para a fluidez e a solidez da pesquisa.

Quanto à pesquisa documental, foram coletados documentos históricos relevantes como memórias e outros registros da época em que os eventos ocorreram. Essa coleta de dados foi realizada por meio de domínio público, garantindo a autenticidade das informações.

### **3. O PRIMEIRO REINADO**

#### **3. 1. O Embate Portugal versus França**

Em uma recente história brasileira tínhamos um país ainda colônia e uma metrópole um tanto precursora. Podemos notar que a transferência da Corte Portuguesa para sua colônia mais rentável teve diversas motivações, uma delas era, de certo modo, um projeto material defendido por D. Rodrigo de Souza Coutinho (Dolhnikoff, 2021). Que em primeira instância pregava a mudança do *status* da colônia para fortalecer o reino português e torná-lo “imbatível” economicamente, territorialmente e politicamente. Ou seja, o “Novo Mundo” seria o ponto de partida para o desenvolvimento do Reino.

Assim, com a elevação da colônia à reino unido, em 1815, este projeto de Coutinho se consolidaria causando certas desavenças com os próprios portugueses tempos mais adiante. Obviamente que não eram apenas projetos de desenvolvimento econômico de Portugal com sua possessão, mas havia, sim, um medo por parte do governo em relação à perda de seu domínio mais rentável, afinal movimentos contrários às burocracias e

impostos metropolitanos já se consolidavam dentro do Brasil, seja na teoria, por influência da Independência das Treze Colônias, como na prática, com o movimento acalorado liderado por Joaquim José da Silva Xavier, a Inconfidência Mineira. E a elevação ao Reino acabou por “neutralizar”, ao menos temporariamente, os riscos de uma independência.

A grande questão havia começado com a chegada da família real em 1808, “fugida” e bem escoltada (via acordos políticos) pelos ingleses; no caso, ou se faziam acordos com franceses e eram suprimidos por ingleses (como havia acontecido na capitulação da Dinamarca, em 1807) ou se faziam acordos com os ingleses e eram expulsos por Napoleão I e seu imparável cavalo “Marengo”. Nesse caso, foi dado um ultimato da França a corte lusitana, desejando que se estabelecesse alguns acordos, a princípio ele foi “aceito”, só que secretamente havia uma negociação com os ingleses e uma preparação para uma evasão à colônia, sempre despistando uma definição sobre o acordo francês. Assim, o regente português finalmente, com os preparativos para a fuga finalizados e o acordo de escolta inglês firmado, ousou desafiar o Bloqueio Continental francês, abrindo as portas para a invasão do mal preparado, general Andoche Junot ao país.

Foi um fato extremamente interessante, pois havia uma coligação, a “Legião Portuguesa”, que foi encarregada por Napoleão a esta missão, cruzando a união Portugal-Espanha e invadindo o território (por meio do acordo de *Fontainebleau*, que dividia o território português entre França e Espanha). Diante disto, Junot retirou a bandeira portuguesa hasteando a francesa, o que extinguiu a Casa de Bragança e trocava o comando de Dom João a Napoleão I (Soares, 1972).

Durante um longo período, ocorreram várias revoltas contra a ação e domínio francês no país. Um momento crucial foi quando o príncipe Dom João, já no Brasil, anulou todos os acordos de Portugal e França declarando guerra aos franceses. Automaticamente foi assinado o Tratado de Aliança e Amizade com a Inglaterra, firmado através do acordo verbal feito na escolta da família real ao Brasil, obrigando Portugal a ceder algumas regalias aos ingleses. Uma delas foi deixar o comando de Portugal sob certa tutela britânica até uma estabilização total dos confrontos com os franceses. Aliás, esta estabilidade surgiu no ano de 1810, com a expulsão de Junot na Guerra Peninsular. Com esse cenário de aparente segurança, os portugueses imaginaram que a família real regressaria ao país, já que não havia mais ameaça a ser combatida. O que surpreendentemente não ocorreu e acabou gerando uma revolta popular que trataremos mais adiante.

A chegada da comitiva portuguesa ao Brasil é cheia de mistificações e uma visão um tanto equivocada sobre uma possível “covardia” de Dom João, segundo Armando Seixas Ferreira, em “1821: o regresso do rei”. Pois a solução mais viável para o príncipe era recuar ao Brasil, estando cercado por Espanha e França e de lá comandar uma retomada do comando junto a Inglaterra. A permanência da família real em solo europeu poderia proporcionar um possível aprisionamento feito por Junot. Então com sabedoria Dom João comandou uma “fuga”, em 29 de novembro de 1807, e deixou um sentimento de incredulidade no povo português, afinal a partida foi um tanto desacreditada, havia uma certa esperança no povo português de que o plano seria abandonado e teria uma conciliação com Napoleão I (Gomes, 2007).

Na verdade a partida apresentava navios já preparados para um possível deslocamento até a colônia, com todo o tesouro real, incluindo 60 mil volumes da Real Biblioteca (Bastos, 2008); no caso, segundo Isabel Lustosa, pesquisadora do Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa (em Napoleão e o Brasil: D. João transfere a corte para o Rio e engana, Uol Notícias), quando as tropas francesas chegaram a Portugal, a Esquadra portuguesa tinha partido. Ou seja, Dom João conseguiu enganar Napoleão e manter viva a Dinastia de Bragança, mostrando que não tinha nada de bobo.

E com o desembarque da Corte real, o investimento inicial em infraestrutura e em questões sociais cresceu na colônia e, desse modo, os burocratas e a realeza portuguesa começaram a se afirmar mais “brasileiros”. De certo modo a presença da comitiva no Brasil foi uma força inicial para a independência, contribuindo de forma decisiva para este processo. Segundo reportagem de Leonídio Paulo Ferreira, no Diário de Notícias de 2018, cujo título, “Como em 13 anos D. João VI reinventou o Brasil”, afirma que Dom João VI investiu em agências e repartições, criou ainda a primeira Faculdade de Medicina do Brasil, o que mudava os rumos da educação no país, já que a maioria dos estudantes da elite eram obrigados a ir estudar em Coimbra, Portugal. Além disso, foram feitos tribunais de justiça e, o Conselho de Navegação do Brasil, a Imprensa Régia, o Banco do Brasil, uma série de siderúrgicas, a construção de estradas, um laboratório de química, a Biblioteca e o Museu nacionais, entre outras instituições. Portanto, o patamar da colônia subiu muito, a evolução socioeconômica que houve com a chegada de Dom João VI foi realmente impressionante. Sem a vinda da corte não haveria a “unidade Brasil”, devido a fragmentação do território onde não havia uma identidade brasileira, brasílica, brasiliana o brasiliense. Os próprios

inconfidentes, em 1789, se identificavam como “mineiros”. Por conseguinte, utilizando como base o artigo “Reconhecimento do Império do Brasil” (Soares, 1972), podemos afirmar que “era um novo Brasil”.

Mas as ações de Dom João VI não se encerravam ali, em represália à ação espanhola de permitir as tropas francesas de cruzar o território para invadir Portugal, Dom João ordenou a invasão da Colônia de Sacramento e nomeou a região de Cisplatina. Afinal, as disputas por aquele local sempre foram muito intensas desde o século XVII.

Porém, a principal medida de Dom João VI foi a audaciosa abertura dos portos para comércio externo. Lembrando que naquela época Portugal desfrutava de um monopólio sobre os produtos brasileiros, ou seja, Portugal lucrava muito com isso e os comerciantes locais nem tanto (marcando a identidade do comércio mercantilista de lusitana). Portanto, com a abertura dos portos podemos entender que o processo de independência estava tomando os primeiros impulsos, já que o estopim estava por nascer com os revolucionários do Porto, indignados com a perda do monopólio econômico. Porque havia uma grande dependência portuguesa sobre os produtos brasileiros. Ou seja, teoricamente a abertura da economia brasileira para negociar com outros países (sem impostos relevantes) era a “independência econômica” do país e uma ameaça à integridade lusa. Tudo isso com influência no acordo feito com a Inglaterra, cedendo o comércio com impostos minguados, o Porto de Santa Catarina e mais alguns itens, inclusive a livre moradia de ingleses no Brasil com um Legislativo independente.

Ademais, com as transformações legislativas notou-se um avanço na colônia, isto é, mais para uns do que para outros, não agradando a todos (principalmente por conta de impostos). O problema é que, com o fim dos confrontos contra Napoleão na Europa, houve uma reunião para restabelecer o controle territorial europeu chamada de Congresso de Viena. Nessa ocasião estavam representantes das potências do velho continente, incluindo Portugal. Os lusos começaram a fazer exigências em leva, entretanto os representantes dos demais governos europeus se recusavam de todo o modo a acatar os pedidos dos embaixadores. A afirmativa defendia que o Rei português não teria lugar na assembleia, já que fazia um governo “à distância”. A solução mais sábia de Dom João VI foi, em 1815, elevar o Brasil à categoria de Reino Unido. O que tornava o território parte do Reino, com o mesmo estatuto legal português. Assim o país poderia participar das decisões do Congresso e resolver outras questões internas com mais “seriedade”. Digamos que, com

esta ação, a pátria portuguesa se sentiu abandonada por sua corte que agora vivia bem na antiga colônia. Tendo os comerciantes portugueses perdido o monopólio comercial com a colônia. Ou seja, o Brasil se tornou a “metrópole” e Portugal sua “colônia”. Este, ao menos, era o pensamento presente nos revolucionários da Revolução do Porto. Estes exigiam o retorno da Corte para Lisboa e, assim, poderiam tratar de assuntos econômicos diretamente e reerguer o império. Como cita o Marquês da Fronteira:

[...] as ideias de revolução eram gerais. Rapazes e velhos, frades e seculares, todos a desejavam. Uns, que conheciam as vantagens do governo representativo, queriam este governo; e todos queriam a Corte em Lisboa, porque odiavam a ideia de ser uma colônia de uma colônia.<sup>1</sup>

Ao finalizar o processo revolucionário exigiu-se tanto o retorno de seu governo para Lisboa quanto que as províncias brasileiras fossem transformadas em juntas eleitas localmente. Isso era um sonho para as elites portuguesas locais pois poderiam comandar com punhos fechados suas antigas chefias. Assim muitas capitanias declararam apoio a Revolução. O fato é que aqueles que queriam a monarquia constitucional propunham organizar um regime mais centralizado e fechado quanto ao Brasil, já os deputados luso-brasileiros desejavam preservar aquela autonomia conquistada anteriormente e, com o passar do tempo surgiu, destes mesmos deputados, da população e até de parte da Corte, um sentimento de pertencimento e construção nacional. Para contextualizar, a exigência dos deputados portugueses era que as decisões sobre o Brasil fossem exclusivamente tomadas por eles em Lisboa, terra portuguesa, o que tirava a autonomia brasileira. Aquele sentimento de construção de uma nova identidade seria aniquilado. Mesmo que os brasileiros tivessem seu poder decisório garantido na Assembleia Geral e seus direitos (aqueles conquistados em 1808) mantidos, isto tornou-se inaceitável. Havia uma máxima simples: decisões sobre o território brasileiro devem ser tomadas em território brasileiro e por sua população (mesmo que por pouca parcela dela).

Nesse meio tempo de hesitações e desavenças, Dom João VI acabou se rendendo a vitória dos rebeldes e foi para Portugal, como um ultimato (levando consigo ouro e diamantes brasileiros a esmo), deixando seu filho, Dom Pedro, como regente no Brasil. Pedro era muito ligado ao país, tinha sua identidade construída aqui e isto gerou uma grande expectativa da população sobre ele, já que parte dela não aceitava as ideias da corte ida a Portugal.

<sup>1</sup>Memórias do Marquês de Fronteira e de Alorna. D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto ditadas por ele em 1861.

Para contextualizar a tirada de autonomia do Brasil explicada anteriormente devemos lembrar que, com o retorno de Dom João VI à Portugal, houve o juramento de uma Constituição (pois, até aquele momento de indecisão, Portugal não tinha uma) inspirada na Constituição Espanhola de 1812. O problema era que o destaque desta nova constituição era a ideia de que o Brasil não seria mais Reino Unido a Portugal e Algarves, tornando-se totalmente submisso a metrópole. Isso incluía o envio de tropas portuguesas para reestabelecer o monopólio comercial e político no Brasil, transformando-o novamente em uma colônia. O golpe final veio em setembro de 1821, quando as Cortes promulgaram um decreto obrigando Dom Pedro a retornar para o país e encerrando a ação dos tribunais e leis criadas em 1808. Isso se tornou um duro golpe contra a autonomia do território tupiniquim, o que selava aquele medo anteriormente mostrado. Ou seja, aquelas instituições públicas criadas por Dom João VI e estabelecidas depois de 1808, seriam dissolvidas.

Quanto a questão do retorno de Pedro, não foi uma simples exigência. Era quase humilhante. Porque havia a interferência para que o regente não retornasse nem para Portugal, as cortes diziam que não havia lugar para o príncipe em território luso e que ele deveria “fazer uma viagem” por toda a Europa para aprofundar sua educação e, deste modo, se tornar digno de assumir o trono português (Bueno, 2013).

### **3.2. Punhos Cerrados**

As ordens de Portugal chegaram como uma bomba para as elites que logo reagiram e articularam a permanência de Dom Pedro no país. A grande questão é que a permanência dele era uma metáfora para dizer que o Brasil não queria ser comandado e, muito menos, ter seus direitos revogados por outrem em outro país. Assim alguns políticos que foram obrigados a regressar à Europa começaram a desobedecer as ordens e recolher assinaturas pedindo a permanência de Pedro no Brasil. A comoção foi tão grande que, mesmo o território provincial e desunido do Brasil, se juntou em prol da mesma causa. Emissários foram mandados da capital fluminense para São Paulo e Minas Gerais para colher assinaturas, além dos comerciantes do Rio Grande do Sul. Portanto em janeiro de 1822, foi entregue a Dom Pedro quase 8 mil assinaturas e, em resposta a agitação, o príncipe decidiu permanecer no país, fazendo o famoso episódio do “Dia do Fico”.

Obviamente que todas as decisões do regente foram minimamente calculadas. Afinal existia um sentimento muito divergente em cada província e isto gerava um medo ligado a uma possível fragmentação do Brasil em vários países. Podemos notar esta diferença provincial com a convocação das Juntas de Procuradores para realizar uma constituinte “brasílica”, no qual seriam revistas e feitas normas no legislativo do país. Foi um momento um tanto tenso, porém, o grande objetivo não era de maneira direta uma independência, mas que Portugal cedesse as condições brasileiras. Logo com a chegada da notícia sobre a constituinte, Portugal se mobilizou para obter apoio daqueles que estavam em território colonial e das províncias, ou seja, as condições propostas não foram aceitas. Este movimento de envio de emissários para controlar as elites locais foi suprimido em algumas províncias brasileiras de maneira bélica, como foi o caso do Maranhão, sob comando de Thomas Cochrane e Bahia, sob o comando de Labatut; depois de algumas lutas na guerra de independência conseguiram expulsar os portugueses do território e se juntar ao resto da região. De fato a expulsão cessou apenas em 1823, ou seja, quase 1 ano depois da independência.

Podemos lembrar que em agosto de 1822, como reação a rejeição portuguesa, Dom Pedro tornou público um manifesto dirigido a população e as nações aliadas ao Brasil, declarando um rompimento com Portugal e, portanto, a independência teórica do país. No manifesto se expunham os motivos para o rompimento e os descontentamentos relacionados a liberdade brasileira e a exploração sofrida no território acerca do Pacto Colonial de comércio. Isto é, impostos excessivos, leis abusivas e má administração (Dolhnikoff, p.27, 2021). Como dito antes, a vontade máxima de D. Pedro, José Bonifácio e membros da elite, não era uma independência brasileira. Assim, no manifesto, houve uma marcante mudança de perspectiva em relação à visão anterior, quando a possibilidade de um império luso-brasileiro ainda era considerada. Porém, D. Pedro optou pela cisão devido à decisão inflexível lusitana em estabelecer uma monarquia constitucional no Brasil com um governo centralizado em Lisboa (dual).

O manifesto de 1822 ilustrava que seu propósito era conferir legitimidade tanto à emancipação brasileira, retratando-a como resultado da luta política interna e externa, quanto ao desejo de formação de uma unidade, de um país brasileiro. Obviamente que não devemos esquecer que a independência teve um caráter forjado para a elite política, ela

era quem basicamente iria dirigir o país; tendo todo um aparato tributário montado a seu favor.

Assim em agosto, Dom Pedro partiu rumo a São Paulo quando chegaram notícias à capital de que os deputados em Lisboa haviam tomado medidas drásticas, buscando subjugar o príncipe. Sendo ele “reduzido” a um mero delegado, digamos um “mediador”, responsável pelas Cortes, que assumiram plenos poderes no país.

Durante sua viagem de volta ao Rio de Janeiro, as margens do rio Ipiranga, em São Paulo, Dom Pedro recebeu, em 7 de setembro, um emissário trazendo cartas da capital. O momento não era propício, o regente estava em uma manhã repleta de dores estomacais e, à beira do riacho “respondia aos chamados da natureza”, porém, nada seria tão importante como as decisões perturbadoras lisboetas. Uma das cartas era de José Bonifácio e as outras duas eram de sua esposa e pivô da independência, D. Leopoldina, informando-o sobre os eventos recentes e instruindo que declarasse o rompimento definitivo. As Cortes haviam anulado todas as medidas adotadas pelo ministério de José Bonifácio e ordenado que Pedro substituísse seus ministros por outros nomeados por Portugal, além de considerar que todos aqueles envolvidos no “Dia Do Fico” eram traidores da pátria. Portanto, a independência se tornou a única opção (Bueno, 2013).

Aliás, podemos classificar a independência brasileira como conservadora, já que os privilégios dos grandes proprietários foram mantidos e, inclusive, na América Latina foi a única independência que manteve como foco econômico a escravidão. Enquanto vemos outros locais lutando para uma ascensão das classes mais abatidas e exploradas.

Por fim, o que foi dito naquele momento histórico não se sabe ao certo, segundo Padre Belchior de Oliveira, conselheiro de Pedro, a frase foi: “Nada mais quero com o governo português e proclamo o Brasil para sempre, separado de Portugal”. Isto se contradiz com relatos da comitiva do príncipe, na qual estava o Coronel Manuel Marcondes, que relatou com mais detalhes uma frase maior: “Brasileiros! A nossa divisa de hoje em diante será Independência ou Morte! E as nossas cores, verde e amarelo, em substituição às das cortes” (Molinari). Seja como for, Pedro a proclamou e em outubro, foi coroado imperador do Brasil e, agora sim, dos brasileiros.

Devemos frisar os contextos burocráticos da independência, porque havia um sentimento e um desejo de uma monarquia dual entre Portugal e Brasil, portanto as

articulações políticas foram quase infundas para que Portugal “realocasse” a ex-colônia. Portugal, grande aliada (ou em outros olhares “explorada”) da Inglaterra, tentou uma interferência inglesa para a reconciliação com o Brasil, pois o Gabinete de Londres tinha grande diplomacia para incentivar uma monarquia dual.

Assim começava um jogo de estratégias jurídicas. O Conde de Vila Real, português, estava tentando de alguma maneira aliviar as questões para Portugal e obter mais concisão no apoio inglês, solicitando ao ministro das relações exteriores inglês, Canning, o compromisso de não reconhecer o Brasil como livre, nem o título de imperador a Dom Pedro I. Canning era um intermediário entre os dois lados, um homem astuto e de muita diplomacia, tendo sido pivô de negociações pelas independências das colônias espanholas, tornando-se uma fonte de desejo pelos diplomatas brasileiros; afinal, se havia alguém capaz de ajudá-los, seria ele. A posição dele foi dualista e muito difícil, tendo que atuar como mediador em duas linhas de frente. Seguindo as ideias de liberdade inglesas e ao mesmo tempo tentando manter a aliança mui lucrativa com os lusos.

Um dos golpes da corte lisboeta foi, em 4 de março de 1824, quando o Conde de Vila Real evocou tratados de firmados pelas duas Coroas: o Tratado de Londres, 1642; o Tratado de Westminster, 1654; o Tratado de Whitehall, 1661. Este último tinha uma importância fundamental, garantindo que a Inglaterra protegeria a soberania e o domínio português sobre suas colônias. Então, com a invocação dos antigos tratados, Canning precisava realizar uma mediação rápida. O campo de batalha não era apenas político, mas bélico. No Brasil as guerras de independência geravam muitas mortes e as decisões estavam cada vez mais demoradas e enroladas, diminuindo cada vez mais o tempo e aumentando a pressão sobre os mediadores políticos (Soares, 1972).

Notando que já havia um Tratado de Comércio, celebrado em 1810, que deveria ser respeitado mesmo lesando Portugal de algum modo. Então, a Canning interessava não ferir os acordos comerciais ingleses com Dom João VI e em preservar a aliança, caso a tentativa de aliança com o Império do Brasil caísse por terra. Uma dessas tentativas foi por meio de emissários mandados a Lisboa para solicitar a Dom João VI uma Carta Régia, prevendo a autorização e a aceitação de Portugal sobre a independência brasileira mediante a cessões. Ou seja, era o modo do pivô mostrar aquilo que o Brasil queria e entender aquilo que os lusos exigiam.

De fato, houve uma certa conciliação, porém, havia um medo em relação a reação de Pedro I sobre as exigências lusitanas. Pois, em determinado parágrafo do acordo Dom João reivindicava o título de Imperador do Brasil (Soares, 1972), que em algum momento seria transmitido ao seu filho. Sendo o primeiro projeto da Carta Régia vetado por Canning, porque ele defendia que não poderia haver uma sucessão hereditária de poder por parte de João VI, portanto, ele poderia ser o imperador do Brasil em vida mas seus herdeiros não. A ideia foi levada à reunião, porém, não resultou em grandes efeitos e assim em mais outras reuniões, até que os representantes do Brasil propuseram novas emendas na Carta Régia: Cessão de todos os direitos sobre o Império do Brasil a Dom Pedro I por parte da S. M. Fidelíssima<sup>2</sup>; Reconhecimento sobre o poder e soberania total do Brasil Imperial, sendo desunido as posses do Reino de Portugal e Algarves, preservando a hereditariedade e poderio de Dom Pedro em território nacional; que o monarca aceitasse a condição de seu pai ser o Imperador do Brasil em vida e, logo após sua morte, assumisse o poder.

A proposta foi duramente rejeitada e retificada somente na 14<sup>o</sup> conferência, finalmente sendo conciliada aos interesses dos dois países com a assinatura do Tratado de Paz e Aliança, em 1825. A S. M. Fidelíssima reconheceu a independência do Brasil e, em estabelecimento, o reconhecimento de Dom Pedro I como imperador soberano e a aliança comercial e de paz entre portugueses e brasileiros<sup>3</sup>. Na verdade um pontos mais interessantes do Tratado foi a determinação do pagamento de indenizações do Brasil a Portugal. Sendo cerca 2 milhões de libras (Bueno, 2013), para reconhecer a independência e extinguir todas as reclamações lusitanas, bem como a dedução de 250 mil libras, que seriam entregues a Dom João VI como indenização sobre suas propriedades no Brasil. Vale ressaltar que este pagamento não foi realizado de maneira vaga, o embasamento da cobrança vinha porque algumas propriedades lusitanas haviam ficado no Brasil, segundo Teixeira Soares, em seu artigo “O Reconhecimento do Império do Brasil”, 1972, haviam 7 naus, 9 fragatas, 12 corvetas, 16 brigues, 10 escunas e 5 navios-correios. Todos avaliados em Rs 4.333: 000\$000, segundo cálculo da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar de Lisboa. Portanto, tais gastos acabaram levando o Brasil a contrair empréstimos com juros absurdos (feitos junto a Inglaterra). Um exemplo foram as 3,6 milhões de libras do banco Rothschild, com juros de 5% ao ano (Bueno, 2013).

<sup>2</sup>“Sua Majestade Fidelíssima” (abreviação: S.M.F.) título concedido pela Igreja Católica Apostólica Romana à Coroa Portuguesa. O título compreende todos os reis posteriores à data de atribuição. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Sua\\_Majestade\\_Fidelíssima](https://pt.wikipedia.org/wiki/Sua_Majestade_Fidelíssima)

<sup>3</sup>Representação do Tratado disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/11>

Na capital portuguesa a repercussão do Tratado foi péssima, haviam muitas críticas a Dom João VI pois ele permitiu que a Inglaterra, ou seja, um país terceiro fizesse a negociação sobre um acordo tão importante e que dizia respeito aos cidadãos lusitanos (elites). Além de ferir a dignidade e a potência da monarquia portuguesa que cedeu aos desejos de uma ex-colônia e, por fim, não definiu nada sobre a sucessão do trono português. Afinal, Pedro era o herdeiro direto do trono português e agora estaria frente ao comando de outra nação, deixando o futuro muito instável.

### **3.3. Uma Constituinte Autoritária**

O processo constituinte foi um tanto complexo e caótico, os constituintes tinham um viés liberal-democrático. Ou seja, com uma inspiração “recente” francesa, podemos entender que o objetivo era instituir uma monarquia “atualizada”, uma monarquia que respeitasse os direitos individuais e controlasse o poder do imperador. Segundo Dolhnikoff, 2021, a maioria das províncias mandaram representantes para a Assembleia com o objetivo de alcançar uma unidade. Porque eram tantas opções de governo que não houve um consenso. Assim, o agora Dom Pedro I, não concordava com nenhuma das ideias contemporâneas dos magistrados e desejava ter o poder de veto em relação a decisões de deputados e controle absoluto sobre o Legislativo brasileiro. Além, é claro, de um poder moderador. Tais atitudes deixaram a assembleia muito inflamada e contrária ao monarca.

Como represália, em novembro de 1823, Dom Pedro I destituiu a “Constituinte da Mandioca” e ordenou uma invasão ao plenário. Prendendo alguns deputados e exilando outros, entre eles o grande artífice da Independência e amigo pessoal, José Bonifácio. Pouco depois desta confusão e com muita pressa foi elaborada uma nova Constituição. Esta apresentava o modelo ideal para o imperador: uma monarquia representativa constitucional (Dolhnikoff, 2021); os direitos individuais estariam garantidos, ressalvo a questão dos cativos africanos e dos indígenas, as leis seriam estabelecidas por uma assembleia de representantes eleitos pelo Imperador. O monarca teria quase uma “blindagem” sobre qualquer responsabilidade legal e escolheria os ministros componentes do poder executivo. Podendo, também, convocar e dissolver uma Assembleia Geral e eleger os senadores responsáveis por cada província de maneira indireta. No caso, o direito de Pedro não era eleger os três senadores de uma província, mas apenas um. Porém, com

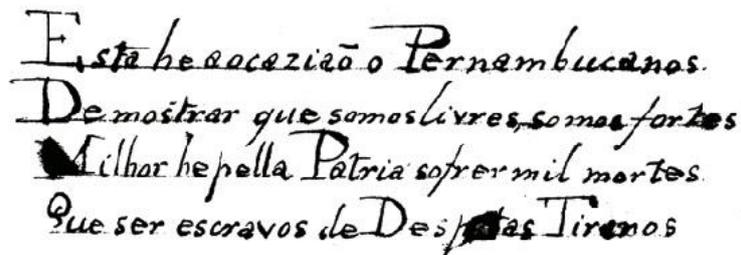
algumas manobras políticas aqui e acolá ele conseguia indicar os três senadores da província e, além disso, tinha o poder de escolher o presidente das comarcas. Não eram necessárias consultas de população ou algo do gênero, apenas a decisão imperial.

A Constituição de 1824 instituiu ao imperador poderes absolutos sobre a nação com o Poder Moderador e batia totalmente de frente com o regime liberal defendido no século XIX. Partindo do princípio que a constituição não foi elaborada por uma assembleia, mas pelo governante máximo! Ou seja, se iniciava, em 1824, uma desavença entre o imperador e as elites. O Brasil, agora independente, cada vez mais se assemelhava a um despotismo esclarecido.

A situação tornou-se insustentável, culminando em uma revolta contra o imperador em Pernambuco conhecida como Confederação do Equador. Nessa rebelião, o Nordeste brasileiro se recusou a aceitar o Poder Moderador como forma política, optando por pegar em armas e lutar contra o autoritarismo de Dom Pedro I. É importante lembrar que a região Nordeste enfrentava uma situação crítica nos primeiros anos da independência, com dificuldades em se desenvolver de forma consistente, ao contrário do período colonial. As medidas restritivas impostas pelo imperador, como o aumento de impostos, eram vistas como prejudiciais ao plano de desenvolvimento da região, já que eles visavam maior autonomia e uma certa “modernidade” liberal para gerir a máquina capital. Os ideais liberais balançaram o governo absolutista.

Esses ideais foram muito divulgados e defendidos por dois personagens históricos em seus devidos jornais. O jornal “Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco” de Cipriano Barata (jornalista) e a publicação “Tífis Pernambuco” de Frei Caneca (Discípulo de Cipriano). Inspirados por eles e lutando contra o poder imperial alguns grupos provinciais decidiram formar revoltas e milícias para derrubar o déspota e implantar a tão sonhada república. De tal modo Manuel de Carvalho Pais de Andrade, presidente da província, proclama a “Confederação do Equador” (referência à linha imaginária que passava próxima à região do conflito), unindo Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará sob uma única política socioeconômica segundo, Carlos César Higa em “Confederação do Equador”. Apesar disso, o Império estava decidido a suprimir a revolta e “sumir” com os revoltosos, afim de mostrá-los como exemplo. Para inflar mais ainda a situação, o autoritarismo de Dom Pedro I se mostrou forte na deposição do governador da província.

Mesmo assim os revoltosos não se mostraram dispostos a ceder e implantaram de vez um novo governo que aboliu a escravidão e criou uma Constituição republicana. O problema estava dentro do próprio núcleo político que estava rachado já que alguns tinham perspectivas e ações mais radicais para estabelecer a “ordem”. Uma das contestações internas foi a abolição da escravidão, pondo a elite da “casa-grande” em xeque. Logo o apoio da “fina flor” para a Confederação se esvaiu.



*Esta he a voz do Pernambucano.  
De mostrar que somos livres, somos fortes  
Melhor he pella Patria sofrer mil mortes.  
Que ser escravos de Despotas Tiranos*

Fonte: No panfleto manuscrito, distribuído à população pelos revolucionários: melhor "sofrer mil mortes" do que ser "escravo de déspotas tiranos". Domínio público, Arquivo Nacional

Nascia um buraco na unidade e, em 1824, o exército imperial consegue tomar os dois maiores postos de resistência, Olinda e Recife. Gerando prisões e algumas mortes como retaliação por ordem do imperador. Segundo Carlos César Higa:

“Frei Caneca foi condenado à forca, mas diante da recusa do carrasco em executar a pena, acaba por ser fuzilado. Muitos outros rebeldes receberam a mesma pena, outros, poucos, fugiram.”

Dom Pedro I mostrou-se impiedoso em relação as penas dos condenados. Assim pondo fim à Confederação do Equador em 29 de novembro de 1824. O que não representou o fim do descontentamento contra o Imperador, mas o aumento agressivo desse.

#### **3.4. No Pasarán: A Revolta do Povo**

Aquelas medidas um tanto controversas adotadas pelo imperador serviram como uma faísca em um barril de pólvora, a rixa entre o governo e os políticos estava no seu auge. No ano de 1829, a desvalorização da moeda brasileira, o Real, foi absurda. O fato é que, com a saída de Dom João VI, em 1821, ele retirou todo o ouro depositado no Banco do Brasil, colocando o país em maus lençóis. E para piorar a situação foi determinada a diminuição do valor de tarifa de muitos produtos no mundo inteiro (entre 24% e 15%), o que

acarretou na perda de arrecadação alfandegaria no país (Bueno, 2013). Sendo que uma das grandes fontes de controle econômico do país eram as tarifas provincianas.

A independência do Brasil também custou muito aos cofres do Estado, já que surgiram despesas relacionadas as guerras de independência como explicado no item 3.2. Pois, como o Brasil não tinha um contingente militar efetivo e desenvolvido foi necessário pedir mais um empréstimo a Inglaterra para combater as revoltas, incluindo a Confederação do Equador. Podemos destacar também a Assembleia de 1826, onde houve algumas mudanças no cenário político e a assinatura de um acordo com a Inglaterra, para que esta reconhecesse o Brasil como independente, sendo algo mui valoroso. Os custos de empréstimos foram somando-se cada vez mais, portanto, o Brasil havia de pagar para ser reconhecido como país e assinar um acordo com a Inglaterra onde o tráfico negreiro se extinguiria gradualmente. Obvio que a assembleia tratou de evitar a intervenção dos ingleses na questão “Escravidão”. O Legislativo Imperial era composto por proprietários de escravos. Por essa razão, a Câmara apresentou um projeto proibindo a entrada de cativos por um período de 14 anos. Entretanto a questão não foi bem vista pela Inglaterra que os obrigou a diminuir o prazo para 3 anos, segundo Joelza Esther Domingues em seu texto “As pressões britânicas pelo fim do tráfico de escravos”, de 2019, esse acordo de diminuição do prazo estabelecido pelas elites magistradas não obteve consulta, sendo assinado exclusivamente por Dom Pedro I. Piorando ainda mais a situação, já que o autoritarismo dele somado a inconstância caiu como uma bomba na elite.

Quando ao financeiro, a grande ideia de D. Pedro I para reverter a situação foi aumentar a impressão de papel-moeda, o que ocasionou a ampliação da inflação. A equação para entender essa questão pode parecer simples, porém, há de ter um devido cuidado ao realizá-la: quanto mais se imprime, mais circulação há e, como consequência o valor da moeda diminui já que existe mais dinheiro do que se é utilizado. Este fato soma-se a outro grande problema: o imperador determinou a cunhagem em massa de moedas de cobre devido à desvalorização cambial. E por ser realizada de maneira quase exagerada, as casas de moeda oficiais da Bahia e do Rio, não supriam a demanda. Assim foram utilizadas Casas de Fundição das províncias, facilitando muito adulterações (Fausto, 1994).

Isto afetava principalmente a camada urbana da população que realizava protestos contra os comerciantes, já que estes “controlavam” o comércio. Boa parte das queixas

vinha das elites, pois os produtos externos, ou seja, vindos da Europa estavam ficando mais caros devido à desvalorização do Real brasileiro frente à libra; assim, além desta questão surgiram dívidas referentes a Guerra da Cisplatina, acarretando no fechamento do Banco do Brasil. Ou seja, o Brasil quebrou.

### 3.5. A Queda

Em março de 1831, houve uma das maiores agitações da história do país contra um governante, sendo apelidada charmosamente de “A Noite das Garrafadas”; como explica a mestra em História Social pela PUC-SP, Joelza Ester Domingues, em seu texto “A Abdicação de D. Pedro I”, disponível em Ensinar História:

[...] Partidários de D. Pedro organizaram uma manifestação com bombas, foguetes e luminárias no centro do Rio de Janeiro para receber o imperador que voltava de Minas Gerais. Contudo, na noite do dia 11 de março, os opositores investiram contra os manifestantes. Os conflitos se estenderam culminando na noite do dia 13, quando os “brasileiros”, em sua maioria estudantes, cadetes e libertos, invadiram o local dos festejos apagando as luminárias e atacando as casas iluminadas dos portugueses. Foram recebidos por uma chuva de garrafas e pedras arremessados das janelas dos aliados de D. Pedro I. No meio dos tumultos gritava-se “morte aos pés-de-chumbo” e “morte aos estrangeiros” – em alusão aos portugueses –, e pedia-se a cabeça do tirano.

Tudo isso parecia não fazer sentido para o imperador, já que suas atitudes ignoravam as manifestações contra o governo. Em 5 de abril de 1831, Pedro I simplesmente decidiu criar um novo ministério composto apenas por aliados e, como era de se esperar, sua maioria era lusitana. Os opositores ficaram enfurecidos, agravando muito o clima do país; alguns cogitavam até a possibilidade de um golpe de estado, o que de fato era um medo consistente se levarmos em consideração o autoritarismo de Dom Pedro I.

O povo não estava nada acomodado e se mobilizou contra o novo ministério ocupando, em 6 de abril, o Campo de Santana e pedindo a volta do antigo ministério. Assim como a Queda da Bastilha era uma “metáfora” a respeito da queda do Absolutismo, o pedido de reintegração da antiga pasta ministerial era uma metáfora, uma última tentativa, um ultimato, para D. Pedro I revogar todas as suas medidas autoritárias e ceder aos pedidos populares. Porém, o desenrolar disso não foi muito eficaz, até houveram tentativas internas para convencer o imperador a ceder, inclusive do (então) brigadeiro Francisco de Lima e Silva. Mas nada surtiu efeito. A tropa, então descontente com a situação econômica e ainda ressentida pela perda humilhante da Guerra da Cisplatina, aderiu ao movimento. O

imperador, sem apoio militar, apresentou, na madrugada do dia 7 de abril de 1831, sua carta de abdicação em favor de seu herdeiro, Dom Pedro.

Pedro I escreveu em sua carta de abdicação:

Usando do direito que a Constituição me concede, declaro que, hei mui voluntariamente, abdicado na pessoa do meu muito amado e prezado filho, o sr. D. Pedro de Alcantara. Boa Vista, sete de abril de mil oitocentos e trinta e um, décimo da Independência e do Império. Pedro.<sup>4</sup>

Ele embarcou rumo a Portugal no mesmo dia, junto a sua digníssima esposa, a imperatriz Maria Amélia de Lauchtenberg e sua filha Maria da Glória. O fato é que Dom Pedro I (D. Pedro 4º em Portugal) foi ainda mais ativo na volta a Portugal, depondo seu irmão usurpador, D. Miguel. Mas aqui no Brasil foi quase esquecido, tanto que sua morte, em 1834, com Brasil cercado por problemas relacionados a regência, não foi nem percebida com notoriedade (Bueno, 2013). O Brasil embarcou em mais uma epopeia caótica e desastrosa, recheada de revoltas provinciais até o Golpe da Maioridade, em 1840, quando Dom Pedro II assumiu de vez a responsabilidade pela nação *tupiniquim*. Sua estabilidade governamental manteve-se por pouco tempo e, mais uma vez, a terra dos papagaios se mostrou inconstante e indecisa, oscilando em meio aos ventos da história.

#### **4. Considerações finais**

O presente artigo buscou analisar os impactos históricos resultantes da chegada da família real portuguesa ao Brasil, as ações de D. João VI, a proclamação da independência e a queda de D. Pedro I. Totalizando o agitado Primeiro Reinado. Ao longo da pesquisa, foi possível entender a magnitude desses eventos e sua relevância na formação da identidade do Brasil independente. Podemos observar que a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808 representou um marco fundamental na história brasileira. Essas ações impactaram a sociedade brasileira da época e pavimentaram o caminho para futuras transformações públicas. A própria proclamação da independência em 1822, liderada por Dom Pedro I, foi um desdobramento do processo iniciado com a chegada da corte. No entanto, esse momento histórico foi marcado por ambiguidades e desafios políticos, fechando na renúncia de Pedro I.

Assim podemos compreender e analisar que a situação brasileira sempre foi muito inconstante desde o nascimento da nação. Na história do Brasil, podemos observar uma

notável instabilidade enfrentada pelos governos ao longo dos anos. Após os cerca de 20 anos de estabilidade durante o reinado de Dom Pedro II, o país não experimentou um período prolongado de tranquilidade e prosperidade, seja do ponto de vista econômico ou político. Diversos governos foram marcados por cortes e projetos inovadores que não puderam ser efetivamente continuados, resultando em falta de continuidade em políticas de longo prazo. Os governos mais duradouros foram de Dom Pedro II, 49 anos (1840-1889), Getúlio Vargas, 18 anos (1930-1945, 1951-1954) e Luiz Inácio Lula da Silva, 9 anos (2003-2010, 2023-presente). Todos com alguns escândalos e controvérsias.

Vejamos um cálculo estimativo feito a partir de CalculaMédia.com e com base no livro “Em Cena os Presidentes de Deodoro a Bolsonaro”, de Sergio da Costa Franco. Mostrando a média de governança de cada “Era Política” do Brasil após o Golpe da República:

- Velha República: 3 anos e 08 dias
- República Nova: 2 anos e 8 meses
- Ditadura Militar: 4 anos e 2 meses
- Redemocratização: 3 anos e 6 meses

Vale lembrar que o cálculo levou em consideração o tempo de mandato de cada presidente, seja provisório ou titular, inclusive do atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, 2023.

A realidade política do Brasil, desde a redemocratização, foi caracterizada por desentendimentos internos e dificuldades que impediram a execução eficaz dos mandatos presidenciais, existindo uma grande oscilação nos dados. A transição para a democracia, embora um marco importante na história brasileira começou com desafios, evidenciados pelas turbulências e a trágica morte de Tancredo Neves, que não chegou tomar posse da faixa presidencial. Portanto, assim como o império brasileiro teve um início conturbado, a redemocratização e a busca por uma "modernidade" também enfrentaram desafios iniciais. Esses momentos importantes da história do Brasil foram marcados por instabilidades e mudanças que influenciaram significativamente a trajetória socioeconômica do país. A inovação política iniciou com o pé esquerdo.

## Referencias

BASTOS, Lucia Maria. **Napoleão Bonaparte: Imaginário e Política em Portugal (c.1808-1810)**. Alameda Editorial, 2008.

BUENO, Eduardo. **Brasil: Uma História**. – Rio de Janeiro: Leya, 2013.

DOLHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil Império**. São Paulo: Contexto, 2009.

DOMINGUES, Joelza Ester. **Abdicação de D. Pedro I**. Ensinando História, Disponível em: <<https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/abdicacao-de-d-pedro-i/>>. Acesso em 22 junho de 2023.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 16. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

FERREIRA, Leonídio. **Visão de D. João VI como medroso que abandonou o povo português foi propaganda de Napoleão**. Disponível em: <<https://www.dn.pt/cultura/visao-de-d-joao-vi-como-medroso-que-abandonou-o-povo-portugues-foi-propaganda-de-napoleao-14231694.html/>>. Acesso em 01 de agosto de 2023.

FRANCO, Sergio da Costa. **Em Cena os Presidentes de Deodoro a Bolsonaro**. São Paulo: Edigal, 2020.

GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

HIGA, Carlos César. **Confederação do Equador**. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/historiab/a-confederacao-equador.htm>>. Acesso em 22 junho de 2023.

MOLINARI, Carlos. **Bicentenário da Independência: independência ou morte!** Disponível em: <[https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-08/bicentenario-da-independencia-independenciaoumorte#:~:text=J%C3%A1%20o%20alferes%20Canto%20e,de%20Dom%20Pedro%20era%20pequena](https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-08/bicentenario-da-independencia-independenciaoumorte#:~:text=J%C3%A1%20o%20alferes%20Canto%20e,de%20Dom%20Pedro%20era%20pequena.)>. Acesso em 15 de maio de 2023.

Ministério das Relações Exteriores. **Tratado de Amizade e Aliança**. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/11>>. Acesso em 31 julho de 2023.

SOARES. **Reconhecimento do Império do Brasil**. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/rcp/article/view/59206/57647>>. Acesso em 20 de maio de 2023.